



**Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões de vinte e nove de abril de 2024**

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, na vila de Castro Daire, no Auditório do Centro Municipal de Cultura, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia-----

----- 1. Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 11/12/2023;-----

----- Período da Ordem do Dia -----

----- 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM, entre o dia 11 de dezembro de 2023 e o dia 12 de abril de 2024, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2023, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 3. Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----- 4. Análise, discussão e votação da 1.ª revisão orçamental, do exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 5. Listagem dos compromissos plurianuais assumidos, entre o dia 18 de novembro de 2023 e o dia 12 de abril de 2024, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 11 de dezembro de 2023, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; ---

--- Intervenção do Público -----

--- Realizada a chamada às dezasseis horas e trinta minutos, verificou-se a falta dos seguintes Deputados: Rui Jorge da Costa Guerra, Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas, João Tiago Coutinho de Carvalho Henriques, Ana Carla de Figueiredo Luzio, Mário do Carmo Pereira, Maria Helena de Campos Coimbra e Débora Soraia Oliveira Marques. -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, a Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a Assembleia. -----

--- Período de Antes da Ordem do Dia-----

--- Quanto ao primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 11/12/2023 -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 39 deputados presentes.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Oliveira Giroto**, cuja intervenção se transcreve: “Celebrámos há dias, os cinquenta anos do vinte cinco de abril de setenta e quatro, nesse dia pensei no Zé, que nasceu antes da revolução. -----

--- O Zé nasceu em casa, depois da mãe não ter qualquer acompanhamento médico durante a gravidez. As mulheres, de então, estavam entregues à sorte ou à pouca sorte. -----

--- O Zé cresceu e aos seis anos foi para a escola que ficava numa aldeia vizinha, para onde ia a pé, com chuva ou sol, frio ou calor, por caminhos e carreiros, porque não havia estrada. O Zé cresceu e aos seis anos, depressa, o Zé começou a ter medo de ir à escola, não pelas dificuldades do caminho, mas devido ao autoritarismo das palavras e das atitudes, que deixavam marcas no espírito e no corpo do Zé. Quando à noite para ter a ajuda da mãe ou da irmã fazia os trabalhos escolares, o Zé, tal como todos os outros, fazia-os à luz da candeia. -----

--- Feita a quarta classe, a maioria das crianças não prosseguia os estudos, porque isso exigia despesa que as carteiras não comportavam, e, em Castro Daire, como na maioria das vilas deste país, não havia escolas públicas onde o Zé pudesse continuar os estudos. O Zé, concluída a escola primária, começou a guardar as ovelhas no monte e a ajudar a mãe nos trabalhos do campo, sem ninguém pensar na questão do trabalho infantil. Era o normal. -----

--- Em casa, o Zé que não via televisão por falta de eletricidade, tinha um pequeno rádio a pilhas, onde ouvia a Emissora Nacional, que pelo Natal transmitia as mensagens dos soldados que tinham ido para a Guerra. Porque nem todas as casas tinham rádio a pilhas, algumas mães juntavam-se em casa do Zé para ouvir os filhos que andavam no Ultramar. Quando falavam os militares diziam que estavam bem e terminavam as suas palavras com um *adeus até ao meu regresso*. -----

--- O regresso que o Zé esperava do pai, que tinha ido à procura de uma vida melhor, partindo clandestinamente para França, mesmo correndo o risco de ser preso em Portugal ou nas linhas de fronteira que tinha de atravessar a pé. -----

--- O Zé foi crescendo e aos dezasseis anos, embora com a noção das dificuldades, aceitava tudo como sendo normal. O Zé não conhecia outro modo de vida, outro mundo, e não sentia falta de liberdade.-----

## Assembleia Intermunicipal

--- Naquela manhã de vinte cinco de abril de setenta e quatro, falava-se em democracia, mas o Zé não sabia o que era. O que o Zé queria mesmo era o fim da guerra colonial, que ceifava a vida a muitos jovens, mutilava física e psicologicamente muitos outros. E com dezasseis anos já temia o embarque para a guerra no ultramar por volta dos vinte anos. -----

--- A grande notícia que o vinte cinco de abril trouxe ao Zé, foi mesmo o fim da guerra, que era um pesadelo para os jovens daquele tempo. Graças ao heroico movimento das Forças Armadas a que o povo se associou, muito foi conquistado pela revolução e nestes cinquenta anos. O fim da guerra, a implantação da democracia e do valor inestimável da liberdade, a consagração do Estado de direito, a democratização do acesso à escola e à cultura, o sistema de Segurança Social, o Serviço Nacional de Saúde, tendencialmente gratuito, o poder local democrático que foi fundamental para a criação de melhores condições de vida nas freguesias e nos concelhos.

--- Apesar das críticas que possam fazer-se ao regime democrático, a mãe do Zé, hoje, seria acompanhada durante a gravidez, o Zé teria nascido na maternidade, o Zé teria eletricidade na aldeia, assim como estrada, ação social escolar e transportes. Hoje o Zé não teria medo da escola, prosseguia os estudos na escola pública, e o pai não teria de ir de *assalto* para França. O vinte cinco de abril valeu a pena, por isso vamos ouvir *Trovas do Tempo que Passa*, letra de Manuel Alegre e música de Adriano Correia de Oliveira.-----

--- E agora termino evocando a memória de Salgueiro Maia, Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Cota e Mário Soares. E estou grato ao General Ramalho Eanes pelo testemunho de democracia, do civismo e do património que que ele nos está a transportar nestes cinquenta anos. Viva o vinte cinco de abril!" -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: "O motivo que me trouxe aqui, além desta comemoração e desta oportunidade, em liberdade, de expressar tudo aquilo que sentimos e que podemos fazer, de forma livre, por ser a primeira Assembleia Intermunicipal que decorre após as últimas eleições e, obviamente, em representação do meu partido, dizer que estou muito satisfeita e trago aqui este reconhecimento público. E este regozijo público dos resultados que alcançámos, considerando a vitória do Partido Social Democrata, e desta forma felicito todo o Governo, todos os membros da Assembleia, felicito todos os deputados de todos os partidos, que são eles, em conjunto, que são a nossa voz e em liberdade podem assim expressar aquilo que são os interesses do nosso país, de Portugal, em democracia. -----

--- Fico também muito feliz e expressamente aqui o manifesto junto de vós, a alegria que sinto por ver a região de Viseu tão bem representada no nosso Governo, com Ministros, com

## Assembleia Intermunicipal

Secretários de Estado e com pessoas de reconhecido mérito, de reconhecido valor, que nos vão representar, bem como, também, todos os deputados eleitos pelo distrito que serão a nossa voz. Obviamente que se isso me traz alegria e estou convicta que essa alegria também é partilhada por vós, também nos traz grandes responsabilidades. -----

--- É sobre isso que eu aqui também quero ter uma oportunidade de partilhar convosco, de que essa responsabilidade nos traz o dever de responder aquilo que são os anseios e as problemáticas a que a nossa região está afeta e o que é que podemos fazer para a melhorar. Os grandes projetos, as grandes infraestruturas, todas as necessidades que, efetivamente, a nossa região apresenta, não é nada de novo, elas estão devidamente sinalizadas, são bandeiras que todos nós, no âmbito das nossas intervenções político-partidárias as temos feito valer, independentemente dos partidos, e, portanto, nós, como defensores da nossa região, não podemos descurar a luta por esses interesses e por esses projetos essenciais ao nosso desenvolvimento. E é este o apelo que eu também quero aqui fazer, junto do Senhor Presidente do Conselho, para que ele continue a dar voz a essas grandes reivindicações e necessidades efetivas, seja na área das infraestruturas, seja na área da saúde, seja na área da educação, seja na área da cultura, seja na área social. Elas estão devidamente sinalizadas e todos nós as sabemos identificar com correção. Agora se a eleição nos traz responsabilidades, obviamente, também não podemos descurar, nem deixar de reconhecer o legado que recebemos. E político-partidariamente falando, bem sabemos, de quem esteve no Governo durante oito anos, o que trouxe para a região e, é esse balanço que, também agora é preciso, em responsabilidade futura, saber orientar e saber equilibrar essa balança para ver quem é que faz e quem é que faz acontecer. -----

----- Mais, nós seremos a voz da reivindicação, é esse o nosso papel. Espero contar com o vosso empenho, mas sobretudo, em termos institucionais e deveres constitucionalmente salvaguardados, o poder que esta CIM tem, na pessoa do Senhor Presidente, para continuar a reivindicar as nossas bandeiras e as nossas necessidades para a região”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Luís Ferreira**, cuja intervenção se transcreve: “O assunto que me traz aqui para a minha intervenção, está relacionado com a execução dos Centros Tecnológicos Especializados nas Escolas. Numa breve introdução para quem não está tão familiarizado, estamos a falar de verbas que decorrem do PRR e que vão permitir às nossas escolas, e, com muito enfoque no interior do país, até porque os grandes centros, por sinal foram aqueles que concorreram menos, mas, de facto, vai permitir um desenvolvimento, que seria impossível de outra forma, para as nossas escolas. E todos nós, depois de tão árduo

## Assembleia Intermunicipal

trabalho para levarmos de vencida as nossas candidaturas, porque de facto as oportunidades eram poucas, os Centros Tecnológicos Especializados, o número em absoluto era muito reduzido, comparativamente com o número de escolas que temos, mas depois de todo este esforço, depois de todo este trabalho seria inglório *morrer na praia*, perdoem-me a expressão, mas corremos algum risco, até porque era uma novidade para as escolas, era uma novidade para toda a estrutura do Ministério da Educação, isto não há aqui nenhuma crítica subjacente, foi difícil para todos lidar com esta novidade, as escolas passaram a ter de administrar milhões, segundo as regras da Comunidade Europeia. O apoio não foi aquele que desejávamos, as respostas às perguntas também não foi, porque o contexto era difícil, volto a repetir não se leia aqui qualquer crítica, no entanto, chegados aqui é importante tomar algumas medidas sob pena de, de facto, como disse há pouco *morrermos na praia*, e ficar inviabilizado todo este investimento e darmos de facto um salto qualitativo na qualidade, na formação que prestamos aos nossos jovens, por isso eu passava a ler a moção que eu penso que é suficientemente explícita. -----

*--- Pela execução dos Centros Tecnológicos Especializados nas Escolas-----*

*---A globalidade das Escolas contempladas com Centros Tecnológicos Especializados, na primeira fase, apresentam grande preocupação relativamente ao prazo limite de execução das verbas do PRR - 31 de dezembro de 2024. -----*

*--- Em função dos atrasos na aprovação das candidaturas e, posteriormente, na decisão sobre as reclamações apresentadas, da realização de reuniões preparatórias para preparação de todo o processo, com atrasos na aprovação dos pareceres prévios da AMA, nos pedidos de exceção da ESPAP e nos pedidos de plurianualidade ao Gabinete de Gestão Financeira da Educação (IGeFE), só foi possível iniciar a contratação pública, apenas em 2024. -----*

*---Sequencialmente, foi necessário levar a cabo concursos públicos internacionais, com o correspondente prazo de publicação em jornal europeu e Diário da República, a que se adiciona o prazo para apresentação de propostas por parte dos fornecedores, com substancial agravamento nas situações em que os concursos ficaram vazios e, conseqüentemente, com necessidade de voltar a fazer novos procedimentos concursais. -----*

*--- Todas estas situações, fora do controlo e responsabilidade das escolas, atrasaram muito o processo de execução dos Centros Tecnológicos Especializados. -----*

*--- Em consequência de todos estes constrangimentos, as Escolas estão, atualmente, a fazer as primeiras aquisições com os 30% do valor da candidatura, correspondente ao adiantamento efetuado pelo IGeFE. -----*

## Assembleia Intermunicipal

--- O processo é ainda mais moroso pelo facto de apenas serem permitidos 3 momentos de pedido de reembolso - abril, setembro e dezembro (por exemplo, as escolas que nesta data procedam à aquisição de bens, apenas em setembro terão a possibilidade de pedir o reembolso). Isto é, quando a escola receber o reembolso e desencadear novo processo concursal já terá ultrapassado o ano de 2024, ficando impossibilitada de cumprir 50% do valor da candidatura e obrigada à devolução da verba recebida, inviabilizando a instalação dos CTE e resultando em grave prejuízo para os alunos, para as escolas e para as taxas de execução do PRR a nível nacional. -----

--- Depois de tanto empenho e dedicação por parte das Escolas, para levarem a cabo candidaturas vencedoras, para melhorarem, substancialmente, as condições de contexto na formação dos nossos jovens e, assim, também se esbaterem assimetrias regionais, o fracasso da operacionalização destes projetos vem defraudar as expectativas da comunidade escolar. -----

--- Pelo exposto, é apresentada a seguinte moção:-----

--- A Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões, reunida no dia 29 de abril de 2024, recomenda ao XXIV Governo Constitucional, com o caráter de urgência, -----

--- 1. Alterar o prazo de conclusão dos projetos aprovados na 1ª fase, de 31 de dezembro de 2024 para 31 de dezembro de 2025, para permitir, até essa data, executar 100% das verbas; -----

--- 2. Dar orientações ao IGeFE para executar reembolsos mensais ou, no mínimo, bimestrais, para acelerar os fluxos financeiros; -----

--- 3. Na eventualidade de ser impossível concretizar o proposto no ponto 1., aumentar o valor do adiantamento para 90% do valor total da candidatura, para permitir a execução das verbas do CTE até final do presente ano civil. -----

--- A presente moção, depois de votada e aprovada, deve ser remetida ao senhor Primeiro-Ministro, ao senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação e ao senhor Ministro Adjunto e da Coesão Territorial. Da mesma deve ser dado conhecimento a todos os grupos parlamentares e deputada única, que constituem a Assembleia da República". -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Lúcia Silva**, cuja intervenção se transcreve: "Antes de abordar a questão da moção, eu gostaria também e estando em Castro Daire, penso que também é importante referirmos que, e estava à espera até que o Senhor Deputado e Diretor da Escola, também desse aqui uma palavrinha, sobre a requalificação da Escola Secundária de Castro Daire, que era uma obra que todos nós sabemos de grande urgência, era uma obra que era preciso fazer por todas as razões e mais algumas, e na altura identificava problema, depois o Governo do Partido Socialista deu sequência a essa necessidade, e, portanto a obra foi feita e

## Assembleia Intermunicipal

certamente que todos os professores, funcionários e sobretudo os alunos beneficiam dessa obra, e, portanto congratulamo-nos todos pela eficácia, que acabou por ser também, e a resposta dada do governo socialista a uma necessidade da Escola Secundária de Castro Daire. -

--- Relativamente à moção, pois com certeza que, naturalmente, infelizmente é sempre os atrasos, que são quase uma constante, não deveriam ser, mas são uma constante, aliás estando nós numa CIM onde os autarcas estão bem presentes, eles próprios se dão conta e lidam com esse problema dos atrasos constantes, burocracia e excesso de burocracia, enfim, coisas que acontecem que todos nós gostaríamos que os processos fossem mais céleres, mas infelizmente é o que é, mas também temos de contribuir para essa melhoria, e dizer naturalmente que nos associamos, o Partido Socialista associa-se a esta moção, pois com certeza que queremos que a moção seja aprovada e que sejam feitas diligências no sentido de dar a melhor resposta a esta necessidade que foi aqui apresentada". -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Maria de Fátima Cunha**, cuja intervenção se transcreve: "Uma das coisas que eu trago aqui é um assunto de extrema importância, que nos deve preocupar a todos, que é o fecho das urgências pediátricas, do Hospital de Viseu, durante a noite e ao fim-de-semana. É preocupante esta situação e é fundamental que nos juntemos e consigamos pensar em algumas soluções para este problema, pois com o aumento da população no distrito, e até a nível nacional, mas no distrito devido à imigração, o aumento da taxa de natalidade, e não temos atendimento às crianças, quando há vinte anos atrás tínhamos urgência pediátrica em Viseu. Cheguei a dirigir-me a este serviço com os meus filhos, muitas vezes em situação de urgência, e hoje estamos a retroceder, depois de cinquenta anos do vinte e cinco de abril. -----

--- Acho que temos de pensar no assunto, quando o hospital mais próximo que temos é Coimbra, com a famosa estrada do IP3 para fazermos. Portanto, numa situação de urgência, acho que, se alguém tiver um filho numa situação grave de doença, se sinta capaz de fazer o IP3 para levar um filho a Coimbra. -----

--- Outra coisa que eu quero trazer aqui, é uma questão sobre qual é o objetivo principal do contrato de cento e dezoito milhões de euros assinado pela CCDRC, para o desenvolvimento e Coesão Territorial, na região da CIM Viseu Dão Lafões. Quais são os eixos abrangidos por este contrato e como será feita a sua implementação. -----

## Assembleia Intermunicipal

- Segunda questão, quais são as principais iniciativas implementadas pela CIM no âmbito do Projeto Europeu de Combate aos Resíduos Urbanos, quais os principais desafios enfrentados pela região neste contexto, como é que a CIM está a lidar com eles e por último, qual tem sido o impacto das iniciativas implementadas até ao momento". -----
- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: "Venho aqui para apresentar uma moção *"Pela redução gradual e financeiramente responsável de portagens no interior"* -----
- *Portugal é um país a duas velocidades, o que provoca grandes desequilíbrios a vários níveis. O congestionamento e a massificação do litoral continuam a exigir investimentos crescentes em infraestruturas de todo o tipo, que nunca são suficientes. O interior continua a viver os dramas próprios das zonas cada vez mais debilitadas, desertificadas e crescentemente abandonadas. --*
- *É um desígnio nacional contribuir, em primeiro lugar, de forma ativa e corajosa para um maior e mais rápido desenvolvimento dos territórios de baixa densidade do nosso País. Só com políticas públicas ambiciosas dirigidas a esses territórios e só com a criação de mecanismos claros e suficientemente atrativos de investimento e de pessoas, se poderá contribuir para o reforço da coesão económica e social e combater as atuais desigualdades entre o litoral e o interior.*-----
- *Por outro lado, medidas de redução do preço dos passes sociais tiveram um impacto significativo nas Áreas Metropolitanas, especialmente na de Lisboa, e um efeito quase nulo naqueles territórios, por insuficiência (e nalguns casos por inexistência) de transportes públicos, o que justifica um apoio expresso à mobilidade através do transporte individual, em muitos casos o único recurso disponível, nas regiões menos populosas.*-----
- *O PSD e outros partidos propuseram no passado recente iniciativas com vista a reduzir o impacto das portagens no bolso dos cidadãos e das empresas. Algumas dessas medidas passavam pela aplicação de descontos, mas o Governo do Partido Socialista nunca cumpriu plenamente as deliberações da Assembleia da República. Estranha-se, por isso, que o Partido Socialista, subitamente, tenha vindo propor a eliminação de portagens, quando até há cerca de umas semanas governava e não o fez, ou recusou implementar as soluções aprovadas no Parlamento.*-----
- *Em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três o PS reprovou várias propostas no Parlamento, incluindo do PSD, que visavam reduzir portagens nas antigas SCUT.*-----
- *Em seis de outubro de dois mil e vinte e três, a Ministra Ana Abrunhosa defendia a necessidade de repensar todo o sistema de portagens, mas já em vinte e quatro de outubro de*

## Assembleia Intermunicipal

*dois mil e vinte e três a mesma Ministra afirmava que a abolição das portagens estava “cada vez mais longe”, afirmando mesmo que tal medida não deveria ser prioritária para o Governo.-----*

*--- Já com eleições à porta, foi aprovada pelo Governo PS uma redução nas portagens do interior e Algarve.-----*

*--- A proposta que o PS apresenta agora, para entrar em vigor em dois mil e vinte e cinco é totalmente irresponsável, não apresentando qualquer quantificação de custo, evidenciando que o PS voltou a fazer política com desprezo pelas contas públicas ou mesmo pela coerência com o seu passado recente.-----*

*--- Em face do exposto, o PSD reforça a necessidade de rever o pagamento de portagens, sempre enquadrada no equilíbrio das finanças públicas, princípio que deve nortear a ação política, de modo que os portugueses não venham a ser surpreendidos com um descalabro financeiro no país como sucedeu nos tempos da governação do Partido Socialista.-----*

*--- Admitindo-se reduções significativas e abrangendo traçados de Norte a Sul do país e ligações que até agora nunca beneficiaram de qualquer redução, o PSD não põe em causa o princípio do ‘utilizador-pagador’ e do ‘poluidor-pagador’, em linha com os Tratados, assumindo como clara e inequívoca a preocupação com os custos de manutenção das vias e com uma mobilidade ambientalmente responsável e sustentável para o país.-----*

*--- Para respeitar estes pressupostos é necessário que as medidas a adotar sejam quantificadas e apresentadas de modo transparente aos portugueses, para que em cada momento se perceba quais as escolhas públicas e as responsabilidades financeiras que estão a ser assumidas. O Governo deve, por isso, com base na informação técnica e detalhada que possui, promover o caminho para a redução gradual das portagens no interior, atentos os custos globais de manutenção das vias e princípios de subsídio cruzada, de modo a beneficiar especialmente os territórios de baixa densidade, que têm sentido as portagens como um penalizador custo de contexto para famílias, empresas e uma barreira à atração de turistas e visitantes. A preocupação com a manutenção das infraestruturas deve ser determinante no exercício de uma gestão eficiente e rigorosa de todos os traçados, com repercussões positivas em termos de ligação entre regiões e satisfazendo legítimas aspirações ao nível da efetiva coesão territorial. Acresce que a redução gradual é compatível com a diminuição que se antevê dos encargos para o Estado até à extinção das PPP.-----*

*--- Neste sentido, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Intermunicipal recomenda ao Governo que:-----*

## Assembleia Intermunicipal

--- 1. *Com respeito pela sustentabilidade das finanças públicas, promova uma redução de portagens ambiciosa, mas gradual e responsável; social e ambientalmente responsável por não pôr em causa os princípios do utilizador-pagador e poluidor-pagador e, portanto, alinhada com as orientações da EU; socialmente mais justa para os utilizadores, e territorialmente mais ambiciosa e equilibrada, contemplando as vias A22, A23, A24, A25, A28, A4, A13 e ainda a avaliação da extensão da mesma medida a outras vias, atentos os princípios enunciados e os compromissos contratuais existentes.*-----

--- 2. *No reforço da transparência da gestão financeira dos recursos públicos, apresente ao Parlamento de forma discriminada os custos envolvidos com a adoção desta medida, atenta a previsível diminuição das obrigações financeiras até à extinção das PPP e um estudo com vista a fixar os valores base que acautelem os custos de manutenção das vias*". -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Lúcia Silva**, cuja intervenção se transcreve: "Dizer ao Senhor Deputado Pedro Alves, que se nós não estivéssemos numa reunião da Comunidade Intermunicipal, até lhe dizia que isto dava para rir, porque na verdade há uma falta de coerência atroz. Nós temos de ser, até para evitar os crescentes populismos, nós temos de ser sérios nas nossas palavras e na nossa defesa, nós não podemos dizer uma coisa quando estamos na oposição e dizer outra diferente quando somos Governo. Não podemos dizer uma coisa na Assembleia Municipal em Viseu, e peço desculpa de falar aqui na Assembleia Municipal de Viseu, mas tenho de o fazer, não podemos apresentar moções a reivindicar uma coisa e na Assembleia da República dizer outra. E, portanto, aquilo que o Senhor Deputado aqui veio fazer foi precisamente uma forma de tentar contornar aqui aquilo que é importante para a região e aquilo que é importante para a região foi também aquilo que o Partido Socialista fez durante o seu mandato, que foi reduzindo, ao longo dos anos, foi reduzindo as portagens. -----

--- Não sei se o Senhor Deputado se apercebeu, mas quem faz a viagem diariamente apercebeu-se que houve uma redução das portagens. E aquilo que estava no programa do Governo, do Partido Socialista, é uma abolição de portagens e, portanto, nós temos de ser coerentes e, assim sendo, perante a proposta de moção que o Senhor Deputado aqui apresenta, dizer-vos que iremos abstermo-nos, porque o Senhor Deputado apresenta uma moção onde apela à redução, que nós concordamos, que é sempre bom, mesmo pequena que seja é sempre boa a redução, mas nós, Partido Socialista, temos e vão apresentar na Assembleia da República, para reiterar o que está no nosso programa, que é precisamente a abolição das portagens, neste caso A24 e A25, porque são aquelas que mais nos dizem, embora abranja também a A23 e A22, etc., por aí fora, mas concentrando-nos aqui nos que nos interessa mesmo, que é a A24 e A25, e, portanto,

## Assembleia Intermunicipal

dizer-vos que nos iremos abster e lamentamos que o PSD tenha esta atitude e dizer que é importante que sejamos firmes naquilo que nós reivindicamos, quer em Viseu, quer na Assembleia da República". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: "Agradecer aqui a intervenção da Deputada Lúcia Silva, nomeadamente por permitir a viabilização e a aprovação desta moção nos princípios que para nós são muito importantes, que é a de sermos sérios quando fazemos política. -----

--- De forma muito responsável dizer aos portugueses que o que nós pretendemos é que haja decisões que garantam, por um lado, boas contas públicas, e por outro lado, que beneficiem territórios como o nosso, com diferenciações positivas. E este é um dos casos que estamos a fazer. Mas dizer-lhe e lembrar-lhe também que, se havia tanta vontade por parte do Partido Socialista em reduzir as portagens, teve oito anos no Governo, foram duas legislaturas e como lhe disse na exposição dos motivos, que não é isso que vamos aprovar, é só depois, quem disse que não havia reduções de portagens e que não havia alteração às portagens foi a Ministra Ana Abrunhosa, não foi o Pedro Alves, nem foi o PSD. Foi o seu Governo, foram os orçamentos de estado que a senhora aprovou e eu sei bem, como é que a senhora, enquanto deputada, também eleita por esta região, qual foi a engenharia que encontraram para votar favoravelmente umas propostas e contra outras para que o Governo nunca se comprometesse. Nós também sabemos. E, que depois de aprovadas as propostas no Parlamento, e foi à Assembleia da República, obrigou o Governo a reduzir as portagens, não foi o Governo que tomou a iniciativa da redução de portagens, só as aplicou porque houve, porque estávamos em processo eleitoral, não houve outra razão. -----

--- E esta razão de apresentar novamente, ou de vir agora com a abolição de portagens, é uma questão meramente eleitoralista. E preocupa-me isto, o populismo do Partido Socialista que se aproxima de partidos que nós nos preocupamos que neste momento estejam a configurar ou a fazer parte do nosso espectro político. Se querem governar com eles, juntem-se a eles, mas governem, aceitem isso, não finjam. Porque se há alguém aqui a ter iniciativas de natureza populista, é o Partido Socialista. Teve oito anos no Governo, não reduziu portagens, porquê? Teve uma maioria absoluta, não o fez, não as aboliu, porquê? Porque é que não era prioridade para o Governo, para o Parlamento, para o Partido Socialista, que tinha uma maioria? Nunca o fez, nem aceitou implementar as medidas que a Assembleia aplicou, e, quando as aplicou fê-lo de forma adulterada, sempre de forma adulterada. O que é que fazia? Reduzia ou retirava os benefícios que tínhamos alcançado, para depois aplicar as propostas que tinham sido aprovadas.

## Assembleia Intermunicipal

O que quer dizer que era quase nulo o benefício que foi feito nas reduções das portagens. Não se recorda disto porque se calhar não fez as contas, passa lá muita vez e não sabe fazer contas. Tem de começar a fazer melhor as contas, e por isso digo, Senhora Deputada, fico contente pelo que fez, mas não lhe aceito qualquer tipo de afirmação quanto a populismo, porque nós sempre fomos a favor do princípio do utilizador-pagador, do poluidor-pagador, e é isso que estamos a manter. E se nós queremos que as estradas mantenham, pelo menos do ponto de vista da sua requalificação ou reabilitação, alguém tem de as pagar e certamente não é quem lá não passa, ou quem não tem carro. Nesse sentido, tem de haver aqui, do ponto de vista da sustentabilidade, uma proposta que seja coerente, séria e sustentável do ponto de vista financeiro e ambiental e que olhe para os desígnios e princípios da União Europeia". -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, 21 votos a favor e 18 abstenções. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: "Dizer que nós também estamos com o 25 de Abril e a prova disso é que não houve, no âmbito da CIM, nenhum concelho que não fizesse as suas festividades no 25 de Abril, e de facto, foi talvez, que me recordo também, era a data mais redonda, foi o ano em que mais municípios festejaram e os municípios tinham razões para isso, para comemorar o 25 de Abril. -----

--- De facto, como eu disse há pouco, a par da liberdade, eu acho que foi a maior conquista do 25 de Abril, foi mesmo o poder local democrático. E, portanto, nós tivemos de alma e coração com estas festividades à volta do 25 de Abril. -----

--- Sobre a moção que foi aqui depois colocada pelo Deputado António Luís, ela já foi aprovada por unanimidade. -----

--- Congratular-me só com esta preocupação com os Centros Tecnológicos. A CIM tem dado o seu contributo, também achamos que às vezes não há explicações, algumas decisões, por exemplo, nós em Viseu tínhamos dois Centros Tecnológicos, dois pedidos, e um foi aprovado e outro não, e curiosamente aquele em que pensámos que teria sido aprovado na Escola Emídio Navarro, tem longas tradições em termos de tecnologia, não foi aprovado o Centro Tecnológico.

--- Mas sobre a intervenção da Deputada Maria Cunha, dizer duas coisas, primeiro em relação às iniciativas e as preocupações sobre a economia circular, naturalmente que nós nos associamos, como todo o país e toda a Europa, a esta preocupação. -----

--- Mas queria dizer uma coisa em relação ao fecho das urgências, de facto, ninguém percebe porque é que encerram as urgências pediátricas num hospital central. Eu noto isto, a maioria

## Assembleia Intermunicipal

das pessoas, não se lembra sequer que o nosso hospital é um hospital central, e um hospital central tem, digamos, uma característica, os utentes pagam um pouco mais quando vão a um hospital central, mas também ele tem outro tipo de dotações orçamentais que não tem um hospital normal, mas também é natural e normal que preste outro tipo de serviços e, portanto, achamos muito estranho que um hospital central tenha de fechar durante o fim de semana as urgências pediátricas e, como o disse, e nós comungamos com isso, passámos a escrito, fizemos imensas pressões junto dos diferentes ministros da saúde, e que tem exatamente a ver com os problemas que são acrescidos, nomeadamente o IP3 que nos devia ligar à cidade com quem nos relacionamos mais em termos de saúde e que é aquela situação que toda a gente conhece, mas também, penso que não foi coincidência, na mesma altura encerrou-se o serviço do helicóptero à noite, o que quer dizer que mesmo sem IP3 as mães não poderiam, de facto, deslocar-se a Coimbra, porque também nos encerraram este meio de transporte. -----

--- Sobre as portagens do interior, naturalmente, só dizer uma coisa, eu fui testemunha presencial, era Presidente da Comissão Parlamentar do Poder Local, quando este assunto era discutido nas audições parlamentares que fazíamos à Senhora Ministra da Coesão, e consecutivamente lhe foi pedido para que houvesse a eliminação das portagens, nomeadamente pelo Deputado Carlos Peixoto, devem estar nas atas da Assembleia, foi dito constantemente que não era possível. -----

--- Aliás lembro-me até uma expressão, devia ter ficado registado na Assembleia da República, em que a Senhora Ministra disse que tinha dificuldade em convencer os colegas do Governo e que estava tão interessada, mas o Governo não alinhava nesta posição e, portanto, não houve redução das portagens naquele período, e, naturalmente que esta foi a decisão a que chegámos agora, com esta moção que é agora aqui apresentada, e que foi aprovada, para a redução das portagens. -----

--- Dizer que a definição dos eixos para a nossa ITI tem muito a ver com aquilo que achamos que são as necessidades desta vasta região e, portanto, também não foram livremente executados, porque eles obedecem a uma determinação que advém da forma como, nomeadamente a Comissão de Coordenação, define os eixos prioritários para fazermos a divisão depois por concelhos". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: "Respondendo à questão que foi colocada, nomeadamente relativamente à ITI, é um instrumento territorial integrado, que é o terceiro que esta Comunidade Intermunicipal contratualiza com a CCDR, primeiro do QREN, o segundo do PT2020 e agora do PT2030, a ITI.

## Assembleia Intermunicipal

Dar nota que, conforme referiu a Senhora Deputada, trata-se de um envelope financeiro que ascende a cerca de cento e dezoito milhões de euros. Dar nota que foi uma negociação difícil, como são todas também com a Autoridade de Gestão, mas sempre um processo muito construtivo com a Senhora Presidente da CCDR e com os restantes membros da Comissão Executiva.-----

--- Estamos a falar de projetos municipais, de índole municipal, em que os municípios vão ser os promotores. Estamos a falar, também, de muitos projetos intermunicipais, aliás, uma dinâmica que a CIM paulatinamente tem vindo a crescer, no sentido de garantir uma lógica de complementaridade das intervenções. Vamos ter projetos intermunicipais, como já é tradição, no domínio do sucesso educativo, no domínio da digitalização, um trabalho que estamos a fazer no domínio das regiões e cidades inteligentes. Vamos também, obviamente, ter intervenções intermunicipais, no domínio da proteção civil intermunicipal, portanto, sempre que seja possível, e assim, obviamente foi também aprovado pelos Senhores Presidentes, em sede de Conselho Intermunicipal, haver aqui uma intervenção de projetos intermunicipais.-----

--- Os eixos dividem-se por vários tipos de intervenção, nomeadamente áreas de acolhimento empresarial, projetos ligados à modernização administrativa e à digitalização, os chamados contratos locais para o desenvolvimento territorial, onde tem o normal, que são os apoios, ainda, à beneficiação e à requalificação de escolas, também os equipamentos de saúde. E aqui é necessário fazer, compaginar com outro instrumento financeiro, que é o PRR, projetos ligados à regeneração urbana, à requalificação do património cultural, também um envelope financeiro, muito presente, de cerca de vinte e três milhões de euros, ligado à questão do círculo urbano da água e também projetos ligados à eficiência energética em edifícios da Administração Pública Local.-----

--- Dar nota, também, como também já é tradição do PT2020, e muito bem a Comunidade Intermunicipal já em 2014/2015, inclusivamente, reclamou isso junto da CCDR, é também ter um envelope financeiro para apoiar a economia e apoiar as nossas empresas, não só pequenos investimentos para expansão de atividade de empresas já existentes, mas também para apoiar criação de postos de trabalho e criação de novas empresas. Estamos a falar de um envelope financeiro que, nesta parte, ascende a mais de quinze milhões de euros, portanto, destes cento e dezoito milhões de euros, é bom dizer que vai haver uma parte que é destinada às nossas empresas, para investimentos que irão rondar os trezentos mil euros, porque sabemos que há um hiato grande nestas empresas que têm muitas dificuldades em aceder e ser competitivos nos projetos do Programa COMPETE, onde são projetos ligados à inovação, projetos que têm

## Assembleia Intermunicipal

um cariz grande de exportação e, portanto, a Comunidade Intermunicipal no 2020 apoiou várias empresas, criou vários postos de trabalho, apoiando a criação desses postos de trabalho, estamos a falar de mais de vinte milhões de euros no PT2020 e que permitiu, obviamente, criar em áreas tão importantes como o turismo, como a indústria extrativa e transformadora, apoiámos também o alojamento local, dentro do turismo, também a restauração, e, portanto, também aqui uma presença grande do apoio à economia e o apoio às nossas empresas.-----

--- A Senhora Deputada também perguntou quando é que ele vai estar colocado à disposição, já estão abertos vários avisos de abertura de concurso, onde a Comunidade Intermunicipal já está inclusivamente a fazer a sua primeira candidatura no domínio da promoção do sucesso educativo, um projeto que estamos a fazê-lo com os nossos municípios e também com os agrupamentos das nossas escolas. Portanto, relativamente à ITI essa nota.-----

--- Em relação à questão que colocou no âmbito de um projeto ligado aos resíduos e à economia circular, o Senhor Presidente também já deu aqui um importante contributo, dar nota que, obviamente a CIM, tem nos últimos anos feito um esforço consistente de conseguir captar vários recursos financeiros diretamente à Comissão Europeia e não se restringir só aos programas nacionais.-----

--- Um desses projetos, é um projeto que lidera com outras regiões da Europa, projeto em que a CIM exatamente lidera com a cidade de Almere, nos Países Baixos, em Bucareste, da Roménia, Alytus, uma região da Lituânia, nomeadamente com o foco daquilo que é uma nova diretiva da Comissão Europeia, que está muito presente, que é uma Europa mais verde e com foco muito, não no tratamento dos resíduos, mas na produção desses mesmos resíduos. E, portanto, é um projeto fundamentalmente de boas práticas, onde estamos a conhecer várias ações e vários projetos no domínio da economia circular. Um foco também muito na educação e na consciencialização e na produção desses mesmos resíduos e um foco na reutilização e na reparação de bens, numa lógica de dar segunda vida a muitos dos produtos, e obviamente uma redução da pegada do plástico.-----

--- É um projeto que a CIM lidera e que estamos a envolver na nossa região, duas instituições, uma delas a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, e no domínio dos sistemas científico-tecnológicos, estamos a envolver o Instituto Politécnico de Viseu".-----

--- **Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos – 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM, entre o dia 11 de dezembro de 2023 e o dia 12 de abril de 2024, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

### Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “Uma apresentação, naturalmente, que é suportada por ela ter sido distribuída atempadamente e, portanto, ela descreve os pontos de atuação do período que medeia entre as duas assembleias intermunicipais. Ficamos à disposição para algum esclarecimento que queiram colocar sobre a informação escrita que preparámos e que enviámos atempadamente e, como disse, ela cobre as áreas fundamentais que a CIM tem tratado, digamos desde a gestão e monitorização da contratualização do Programa 2020, o Plano de Ação Viseu Dão Lafões, enfim todos os assuntos que fazem parte do conteúdo funcional da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Eu queria dizer que não me vou referir apenas estritamente a aquilo que é o relatório. Vou levantar aqui um problema, alguns já estarão à espera do que será, mas é um problema e uma questão, que considero uma questão de fundo. De alguma forma ela já hoje aqui foi aflorada. Nós estamos numa estrutura que é uma Associação de Municípios com finalidades específicas, que tem hoje uma capacidade e uma importância muito mais relevante do que aquilo que o enquadramento orgânico, na Lei nº 75 lhe dá. E era altura de que todos, o País e os deputados na Assembleia da República e o Governo pensassem em rever a legislação de enquadramento do funcionamento das Comunidades Intermunicipais, já que de facto a atual não é adequada à dimensão que as CIM’s têm hoje nos aspetos de competências diretas e indiretas.-----

--- A importância da CIM não é o seu orçamento direto, no essencial, é capacidade que as CIM’s hoje têm em termos de intervenção e de capacidade para fazer o que ainda agora aqui foi referido, por exemplo, a negociação da ITI e outros programas, a sua função de entidade de gestão intermédia de financiamentos por Fundos Comunitários, com apreciação e depois acompanhamento de execução dos projetos por eles financiados. Ora bem, desse ponto de vista, acho que o atual quadro legislativo que as enquadra tem de ser revisto e que um novo quadro adequado deve aumentar a democraticidade do funcionamento das CIM’s. Estamos num regime democrático, apelamos muito a estas coisas, mas às vezes esquecemos que há questões de princípio que deviam estar bem mais presentes na legislação de enquadramento. Lembro-me de quando fui Presidente, deixar este desafio aos Deputados da Intermunicipais e aos Deputados Nacionais. O Senhor Deputado Pedro Alves, era um dos que estava nessa altura, e lembra-se de certo desse desafio para que os Senhores Deputados começassem a pensar nessa revisão.-----

## Assembleia Intermunicipal

--- Também quero congratular-me porque a execução no âmbito dos projetos na nossa CIM subiu significativamente, sobretudo nos projetos municipais. Infelizmente é facto que na área da CIM deixámos quase treze milhões de Financiamento Comunitário que não foi utilizado. Claro que há sempre contingências e isto não é nenhuma critica específica pois não é a CIM que é responsável pela execução dos projetos municipais e mesmo dos maiores projetos da Coesão Territorial e por eles não pode ser responsabilizada. Esse financiamento aprovado ficou por executar apesar da nossa execução em termos de projetos municipais ter subido muito, aproximámo-nos muito das restantes CIM's, mas mesmo assim ficámos no oitavo lugar, a nível da Região Centro. Melhorámos nos projetos do Pacto para a Coesão, suponho que devido a alguns projetos que os municípios da CIM, e bem, aceitaram aí incluir, como é o caso da urgência do Hospital S. Teotónio ter sido concluída e alguns outros projetos que estão a seguir da responsabilidade da Administração Central. A execução dos projetos da Coesão Territorial beneficiou disso. Eu não pude estar na apresentação da ITI, mas olhando para a execução dos financiamentos aprovados mencionada no boletim POCentro2020, desta vez com acesso difícil, como sabe o nosso Secretário Executivo que me o disponibilizou por não conseguir aceder a ele no sítio da CCDRC onde neste momento está indisponível, ao que parece por ter havido um ataque informático à CCDRC, a execução suscitou-me duas questões que me deixam alguma preocupação. -----

--- Há CIM's que têm um financiamento per capita superior à nossa, sendo nós uma das regiões mais desfavorecidas. Talvez isto aconteça um pouco em função dos projetos e não é um problema que só por si a CIM consiga resolver, mas é importante estar, obviamente, atenta a A esta situação. Um dos aspetos que me cria alguma preocupação é que nos projetos para as empresas no âmbito dos apoios e do financiamento utilizado para as empresas, só a Beira Baixa tem menos fundos executados que nós. Alguma coisa tem de ser pensada para tentar mudar isso, e não é por acaso que eu relevo a importância da CIM. A atratividade para incluir projetos novos, inovadores, de carácter industrial, é fundamental para a nossa região e não se pode fazer isoladamente em termos de municípios. Aqui a CIM tem um papel fundamental e por isso também é preciso criar condições, até de intervenção, para que ela o possa ter. De facto, custa olhar para a situação do baixo financiamento per capita, tendo nós concelhos que têm uma estrutura industrial bastante forte, e nalguns casos tecnologicamente muito avançada. Eu sou do concelho que não é aquele que tem a maior criação de valor acrescentado, é o segundo, quando a Stellantis/Peugeot-Citroen em Mangualde está a produzir em pleno, mas provavelmente tem no conjunto o tecido industrial mais diversificado e avançado

## Assembleia Intermunicipal

tecnologicamente. Há mais polos de desenvolvimento em Mangualde, em Nelas, mas depois no conjunto da nossa região verifica-se que há pouca densidade de projetos industriais e económicos e isto é um problema que, de facto, tem de ser refletido para conseguirmos aumentar o financiamento per capita e a riqueza produzida, o que é indispensável ao crescimento do bem-estar das populações. A CIM só por si não consegue arranjar soluções para este problema pelo que me parece ser oportuno desenvolver uma grande reflexão a fazer. Quando se fez a reflexão anterior do projeto estratégico para a Região da CIM Viseu Dão Lafões, algumas dessas coisas foram afloradas, mas eu jugo que importa muito ter essas questões presentes nestas transformações que estamos a ver e encontrar formas de tentarmos melhorar a nossa capacidade de atração de investimento.-----

--- Já agora sobre a ITI e para não voltar cá:- O nosso Secretário Executivo falou aí na questão da reabilitação urbana e outras questões conexas; eu não percebi bem, mas gostava de saber qual é a dotação que está prevista para isso no âmbito da ITI, e dos seus cento e treze milhões, e se há verbas PRR que estão disponíveis e abertas ainda às candidaturas para efeitos de questão de habitação em geral”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Gonçalo Ginestal**, cuja intervenção se transcreve: “Analisei com atenção a informação disponibilizada e tenho que referir o excelente trabalho que tem sido feito pela CIM Viseu Dão Lafões em diferentes áreas, das quais eu destacaria algumas, ao nível das ecopistas, quer do Dão, quer do Vouga, na promoção do sucesso educativo, na antecipação das necessidades de qualificação, no Centro de Informação Europe Direct, no Ir e Vir, aliás, referi isto mesmo na última Assembleia Intermunicipal, falta um Ir e Vir para as áreas industriais. Destaco também, em particular, a continuidade que é dada aos BUPi, porque realmente os Balcão Único do Prédio Instalado fazem um verdadeiro serviço público na identificação e georreferenciação de propriedades, de forma simples e gratuita. Este é um projeto muito interessante e que tem ajudado muita gente no nosso território. -----

--- Faço aqui, apenas e só, dou aqui uma nota adicional e gostaria que o Senhor Presidente ou o Senhor Secretário Executivo, nos esclarecessem relativamente a um assunto que acho que é importante abordar nesta Assembleia, que é a questão das migrações. Esta é uma questão transversal a todo o território e que muitas preocupações tem trazido. Pergunto se ao nível da CIM existe alguma estratégia ou planeamento para acolher condignamente os imigrantes, seja na habitação, seja na educação e formação, seja na legalização de muitos que nos procuram, seja no mercado de trabalho. Isto está a ser pensado a nível regional ou são as câmaras municipais que estão a ter de lidar diariamente com esta problemática. -----

## Assembleia Intermunicipal

---Somos também um país de emigrantes e julgo que é necessário haver uma política de integração efetiva destes imigrantes. Eles vêm, tal como nós, em busca de melhores condições de vida e nós temos de ser suficientemente inteligentes para percebermos que necessitamos deles. Eles trabalham, descontam para a Segurança Social e como tal contribuem para a sua, a nossa sustentabilidade. Os migrantes colocam os filhos nas escolas e promove-se a interculturalidade, já para não falar do aumento do número de alunos e do número de turmas. Os territórios do interior aumentam a sua população e a economia desenvolve-se. Esta é uma excelente oportunidade para todos nós e devemos pensar como a potenciar articuladamente”.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “A revisão do enquadramento das CIM’s, nós aguardamos, é uma competência da Assembleia da República, se eles a quiserem fazer, de qualquer maneira, deixe-me dizer, na minha opinião, eu estava convencido quando este processo das CIM’s começou que não atingiam o estágio a que chegaram, e, confesso que felizmente me enganei, porque as CIM’s são hoje uma realidade muito mais pujante que aquilo que eu tinha pensado inicialmente quando foram criadas, e, portanto, esperamos que alguém possa alterar o quadro legislativo de acordo mais com aquilo que as CIM’s progressivamente vão propiciando. -----

--- Mas, dar resposta, eu gostava que não acontecesse isso, mas regiões com financiamento per capita superior à nossa, isso é normal, também acontece isso no âmbito da própria CIM. No âmbito da própria CIM há concelhos que têm um financiamento bem superior uns aos outros, não vou referir nenhum, mas se comparem uma freguesia de um concelho limítrofe, o financiamento que tem per capita, com outra de outro concelho, há situações complicadas. Por exemplo, eu conheço algumas situações em que o habitante de uma freguesia limítrofe, só porque mudou de concelho, em média tem três vezes o financiamento que tem outro, mas isso são contingências que tem a ver com outros fatores e que levam a este tipo de situações.-----

--- Fazer também um comentário há pouca densidade em termos industriais. Eu tenho ouvido isso ao longo do tempo, mas queria dizer o seguinte, a CIM não interferirá nisso, os concelhos têm toda a obrigação, toda a legitimidade de desenvolver o seu processo de desenvolvimento, e o processo de desenvolvimento cada um tem de o definir, ele pode não passar necessariamente por serem os concelhos mais industrializados. Quantos concelhos não definiram o seu processo de desenvolvimento de uma outra forma e que são desenvolvidos e de que maneira. Não há nenhuma relação direta entre um concelho industrializado e um concelho desenvolvido. Nenhuma relação direta, pode ser um fator, mas não é suficiente, nem de perto, nem de longe. Aliás, isto só me vincula a mim, os municípios existem a dar resposta ao

## Assembleia Intermunicipal

cidadão, em primeiro lugar, e à qualidade de vida do cidadão, e depois vem tudo o resto, de que também se devem preocupar, sector empresarial, etc. Mas, em primeiro lugar os municípios existem para dar respostas às ansiedades dos cidadãos e isso cada município escolhe como é que é importante, aliás, temos exemplos em Portugal e no mundo inteiro, em que há municípios que têm êxitos, e de que maneira, no seu processo de desenvolvimento e que foram por outros caminhos. Eu poderia referir aqui uma dúzia deles, que não precisaram, muitos, de se industrializar para serem desenvolvidos e de que maneira, e, portanto, cada um escolhe de acordo com as oportunidades que vai tendo.-----

--- Sobre a questão que o Deputado Ginestal aqui trouxe, só dizer que, de facto, o excelente trabalho que a CIM tem feito, tem muito a ver, exatamente, com a coesão que neste momento se verifica nos territórios da CIM, nos concelhos, e eu disse há bocadinho, a propósito de uma outra coisa, que mudámos esta visão. Os municípios têm de puxar pelas suas complementaridades. Essa história de cada um achar, acabou, e, portanto, nós temos um desenvolvimento o mais homogéneo possível nestes catorze municípios que voluntariamente se associaram neste conjunto espacial, mas isso, naturalmente, tal como acontece em cada um dos nossos concelhos, nós não conseguimos uma homogeneidade de desenvolvimento em todos eles. Também não acontece isso nas freguesias do meu concelho, por exemplo. Temos que paulatinamente ir lutando para que as assimetrias sejam cada vez mais pequenas. -----

--- Mas queria referir uma coisa, que disse, e naturalmente referi-lo em relação, por exemplo, aos concelhos, e o meu concelho é daqueles que mais imigrantes recebeu, o que é que temos feito. Nós partilhamos dessa ideia, de que sendo Portugal um país de emigração, temos a obrigação estrita de saber melhor de que ninguém quais são os problemas da imigração, e eu digo, pessoalmente, fico muito descansado em relação a essa situação. Nós temos tratado imensamente bem os nossos imigrantes, naturalmente que temos de estar atentos, mas de uma forma geral nós precisamos deles, e de que maneira. Neste momento há muitos concelhos, o meu inclusive, e é um concelho que nunca perdeu população, que eu me lembre, veio sempre aumentando de população, neste momento achamos que temos muitas escolas cheias, exatamente porque temos cada vez mais imigrantes, que também, tenho de que o reconhecer, são cada vez mais organizados. -----

--- Dou apenas dois exemplos, a Casa do Brasil, em Viseu é uma realidade, com muitos associados, que estão tão bem organizados que já no ano passado organizaram o Brazilian Day, na Feira de São Mateus, e este ano têm uma série de atividades que desenvolvem de uma forma perfeitamente autónoma.-----

## Assembleia Intermunicipal

--- Por exemplo, a Associação de Ucrrianos, com quem firmei um protocolo, há cerca de duas semanas, e que fazem também um trabalho espetacular. E já agora, também uma novidade, já temos definido, já tem lugar inclusivamente físico para estar, o Consulado de Moçambique, vai ser em Viseu e, portanto, também com uma resposta aos muitos imigrantes, curiosamente não é a nacionalidade que mais gente tem na imigração, mas o caso específico da existência de uma empresa que conhecem, da Visabeira, nós temos muitos moçambicanos em Viseu, o que determinou termos também um Consulado de Moçambique, em Viseu” .-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Acrescentando algumas notas ao que o Senhor Presidente referiu e respondendo à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Rui Santos, relativamente às verbas da ITI e relativamente à questão da regeneração urbana. A regeneração urbana são as intervenções, que são no passado, os PEDUS de três grandes municípios, assim classificados, Viseu, Tondela e Mangualde e, depois temos as ARUS, nos restante onze municípios da CIM. Portanto, temos umas verbas, que rondam os vinte e um milhões de euros, para estas intervenções nestes catorze municípios, do total dos cento e dezoito milhões. Dar nota, também, e se percebi a questão, que tem a ver com este trabalho e esta complementaridade que a CIM e os municípios têm vindo a fazer com a questão das fontes de financiamento, por um lado, o PRR, e, por outro lado, também o PT2030. Dando nota, também aqui, obviamente, em alguns casos, não na maioria dos casos, o PRR classifica-se como o mais vantajoso instrumento, tendo em conta a taxa de cofinanciamento, que chega aos cem por cento, e, por isso aqui também a questão de que muitas intervenções nas escolas e também na área da saúde, têm os municípios dado, obviamente, primazia as intervenções via o Plano de Recuperação e Resiliência.-----

--- O Senhor Deputado falou da questão da habitação, há dois instrumentos muito importantes na habitação, do PRR, por um lado, o primeiro direito e agora um segundo instrumento, que é a habitação a custos acessíveis, que aí sim, a Comunidade Intermunicipal está a coordenar esse processo conjuntamente com os seus municípios, numa interação que tem tido com o IHRU, nomeadamente numa oportunidade grande que nós vimos neste instrumento, que aquilo que tem a ver não só com a recuperação que pode acontecer nos centros das vilas e das nossas cidades e também das aldeias, mas também por outro lado, pela capacidade de captar residentes para o território. Mas temo-nos esbarrado com muitas dificuldades na interação com o IHRU, não obstante toda a disponibilidade, e tem sido muita por parte da Comissão Diretiva do IHRU, mas de facto, há aqui questões de muita tecnocracia, muita dificuldade, que tem de facto esbarrado muito nos municípios, isto é um problema geral e nacional, todas as

## Assembleia Intermunicipal

Comunidades e Municípios se queixam disso, no sentido de haver obviamente aqui no PRR e neste instrumento em concreto, acho que tem de se olhar para ele e do ponto de vista administrativo agilizar os procedimentos, porque no final do dia acaba o PRR e o prazo e poucos investimentos vão ser feitos no domínio da habitação. E repito, acho que é uma grande oportunidade para o país e também para a região. -----

--- Outra questão que foi colocada, tem a ver com os migrantes. O Senhor Presidente já referiu e bem, que essas questões têm vindo a ser até muito afloradas em sede de Conselho Intermunicipal, e, obviamente, sempre que é possível temos feito uma articulação entre os municípios. Dou aqui um exemplo recente, a Comunidade Intermunicipal apresentou uma candidatura, também intermunicipal, ao FAMI, exatamente para a Comunidade migrante, ligada às escolas, no qual os municípios podiam ser beneficiários, podiam ser as Comunidades Intermunicipais, podiam, também, inclusivamente, ser as escolas e conseguimos juntamente com os agrupamentos de escolas e juntamente, também, com os municípios e com a CIM ter uma estratégia intermunicipal neste domínio, porque muito deste domínio é ligado à questão, por exemplo, das equipas multidisciplinares e porque não ter uma equipa multidisciplinar que percorre determinadas zonas do território e, portanto, esta questão dos migrantes tem vindo à atenção e obviamente aqui, podemos e acho que devemos, e o Conselho e os Presidentes tem essa noção, que aprofundá-la noutras matérias, porque obviamente, também, na questão que vivemos com a falta de mão de obra no nosso território e no país e também a sangria demográfica, e compaginando-a até com a questão da habitação, podemos de uma forma articulada ter um trabalho e uma estratégia intermunicipal neste domínio”. -----

--- **Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2023, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “Eu tenho um princípio, mas naturalmente que nos sujeitaremos às questões que forem colocadas, as contas são contas, sendo que considero que as apreciações devem ser feitas na preparação do orçamento. As contas não são mais do que o reflexo da execução do orçamento, sendo que considero que o documento de grande relevância é o orçamento onde se determinam as ações a desenvolver. -----

--- Contudo o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, irá fazer a apresentação das mesmas”. -----

## Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Vou tentar não ser exaustivo, a documentação foi enviada para todos os Senhores Deputados, aliás um relatório bastante extenso, onde tem inclusivamente, também, um relatório fotográfico de muitas das atividades e ações que a CIM desenvolveu durante o ano, e obviamente também tem vários mapas relativamente à questão daquilo que é a situação económica, financeira e patrimonial da Comunidade Intermunicipal, que foi desenvolvido ao longo dos anos. -----

--- Dar aqui uma nota prévia, que eu acho que é importante dar, que tem a ver com a forma de trabalhar e aquilo que muitas vezes nós designamos de governança multinível, que é o trabalho que a Comunidade Intermunicipal tem vindo a fazer com os seus parceiros do território, sempre numa lógica de complementaridade das intervenções e não numa lógica de sobreposição, sempre numa perspetiva, obviamente, de criar alavancagem naquilo que já são muitas das ações que, os municípios e não só, e as entidades que estão no território têm vindo a fazer, é isso que fazemos na rede da educação com as nossas escolas, na rede da coesão social, em que o nosso parceiro chave é o Centro Distrital da Segurança Social e também o ACES, agora Unidade Local de Saúde, a rede da qualificação e do mercado de trabalho, e mais recentemente uma plataforma de cooperação e de trabalho em rede, numa área que consideramos estratégica e decisiva para a nossa região, que é uma plataforma para o desenvolvimento rural, onde estão um conjunto de entidades, para haver uma estratégia da Comunidade Intermunicipal com todos os seus atores, não só da nossa região, mas também fora da nossa região, naquilo que consideramos importante, que é a questão do desenvolvimento rural. -----

--- E, portanto, estamos cientes e pensamos que certos, que o sucesso dos territórios se mede hoje, e muito mais irá medir-se no futuro, por esta capacidade de trabalhar em rede, pela capacidade de cooperação com os agentes que já estão na região e nos territórios. -----

--- Dar nota, também, que relativamente aquilo que é a promoção e a divulgação das atividades, temos também sempre uma preocupação de a CIM divulgar por um conjunto, não só de assessoria de imprensa, mas também das newsletters, das várias atividades que vamos desenvolvendo, não só nas plataformas digitais, não só no nosso site, mas também divulgar para a sociedade civil aquilo que a CIM tem vindo a desenvolver. -----

--- A Revista Beira Alta, continuamos com um trabalho, de facto, neste ativo imaterial e património imaterial que herdamos da Assembleia Distrital de Viseu, com a Diretora, a Doutora Fátima Eusébio, que tem feito um trabalho excepcional, e também com toda a Comissão Científica da Revista, para conseguirmos com periodicidade continuar o desenvolvimento desta Revista.

## Assembleia Intermunicipal

--- Falava há pouco, relativamente à questão da digitalização e da modernização administrativa, apenas para dar nota que continuamos neste processo, vamos continuá-lo no futuro, numa nova dimensão de trabalho, muito focado naquilo que é as cidades e as regiões inteligentes, muito focado naquilo que é a ciência dos dados. Hoje estamos a trabalhar muito aquilo que são as plataformas de inteligência territorial. Nós apresentámos, em Barcelona, em novembro último, exatamente uma plataforma de inteligência territorial, ligada à mobilidade, a Smart Mobility, que junta o transporte Ir e Vir, que junta o Serviço Público de Transporte de Passageiros, o futuro sistema de Bikesharing, numa combinação cruzada dos dados que estão na nossa região, e vamos continuar, obviamente, aqui a dar primazia a esta ciência dos dados, não só na área da mobilidade, mas também na área da proteção civil, na área da economia, na área da educação, e vai ser de facto uma dimensão de trabalho que vamos ter com os municípios no próximo quadro comunitário.-----

--- O ano de 2023 também marca sempre uma preocupação que temos tido com a qualificação dos profissionais da administração pública local, foram muitas as ações que desenvolvemos, de formação, de capacitação e este ano fizemos inclusivamente a descentralização destas ações de capacitação pelos nossos catorze municípios. Tínhamos antes uma sala de formação na sede da Comunidade Intermunicipal, mas entendemos que esta formação também deveria espalhar-se pelos catorze municípios, também para o desenvolvimento da economia local, porque quando temos vinte ou vinte cinco pessoas ou trinta pessoas numa ação de formação, temo-la durante o dia todo, num município, portanto, isso também representa a dinamização da economia local desse concelho.-----

--- O Senhor Deputado Gonçalo, há bocado falou exatamente também do BUPi, um projeto que concluímos com muito sucesso e que estamos já na segunda fase, também financiado pelo PRR, e é bom dizê-lo, fomos a região do país com maior número de matrizes registadas no BUPi e isso deve-se muito, obviamente à estratégia de intervenção. Uma estratégia de intervenção intermunicipal, mas também uma capilaridade na intervenção. Nós tivemos trinta e seis técnicos, que não estavam num município e foram constituídas equipas móveis, e esses técnicos andavam ao final do dia, andavam aos fins de semana, andavam com sessões de esclarecimento nas Juntas de Freguesia, nas Casas do Povo e estamos certos que foi esta estratégia de intervenção, volto a repetir, juntando a CIM e os catorze municípios, e esta capilaridade que foi à aldeia, que foi ao lugar, que permitiu termos estes números e, obviamente, enche-nos de orgulho os vários prémios que a CIM recebeu exatamente neste projeto, nos “Grande Prémio

## Assembleia Intermunicipal

BUPi”, relativamente ao ano anterior, que recebemos até o prémio nacional, o Grande Prémio BUPi, numa cerimónia que houve na Batalha. -----

--- Uma nota, também, relativamente ao Centro Europe Direct, isto é um apartado, por assim dizer, da Comunidade Intermunicipal, a CIM é a entidade acolhedora do Centro Europe Direct, mas temos feito um trabalho muito importante em duas regiões do país, este Centro faz a região Viseu Dão Lafões e faz a região de Aveiro, foi em 2021, que antes este Centro estava em Aveiro, na cidade de Aveiro, com uma candidatura à Comissão Europeia, captámos este Centro Europe Direct para a nossa região. -----

--- Vamos fazer uma nova candidatura em 2025, ele está sediado na Casa do Adro, em Viseu, e tem sido muito trabalho com as nossas escolas, com muitas ações sobre o futuro da Europa, sobre esta questão importante da literacia europeia, do que é a Europa, do que são as nossa instituições, e o que verificamos muito, em muitas das nossa escolas, é de facto um desconhecimento grande do que é a Europa, do que são as instituições europeias, da construção do nosso futuro coletivo, o que representa a Europa e tem sido um trabalho que temos vindo a fazer com o IPV, muitas ações que temos vindo a fazer com a Universidade de Aveiro, com bootcamps, com simulação do Parlamento Europeu, com ações, também, muito ligadas a questões ambientais, com seminários de informação, inclusivamente, envolvemos muitas ações na área social e, portanto, o Centro Europe Direct tem vindo a ter aqui algumas fotografias. Temos o programa UEscolas, estamos nas escolas da nossa região, com simulação do Parlamento Europeu, literacia mediática sobre temáticas europeias. O Centro Europe Direct é hoje, de facto, um bom braço armado da Comunidade Intermunicipal daquilo que é a construção e o futuro da Europa e aquilo que ele representa nas várias iniciativas que nós temos vindo a realizar desde o ano de 2021 na Comunidade Intermunicipal. -----

--- Trabalhamos também com as nossas bibliotecas, uma Rede Intermunicipal de Bibliotecas, também aqui numa perspetiva de fomentar a cooperação, a troca de experiências entre as nossas bibliotecas municipais e na perspetiva, também, de em conjunto conseguirmos aceder a fundos comunitários, e, recentemente também fizemos uma candidatura da Rede Intermunicipal de Bibliotecas para a sua modernização, ao PRR, que está aprovada, e estamos agora no lançamento do concurso público, num sentido de aquisição de equipamentos informáticos, sistemas de informação e catálogos integrados. -----

--- O turismo é uma área que temos vindo a trabalhar, na notoriedade, na atratividade da nossa região, naquilo que designamos pelos produtos turísticos de base intermunicipal, ancorado naquilo que é o produto gastronomia e vinhos, que é o enoturismo, o nosso turismo cultural e

## Assembleia Intermunicipal

os nossos eventos, a saúde e o bem-estar com as nossas termas e, obviamente, um produto composto de turismo de natureza.-----

--- Relativamente ao enoturismo, um trabalho que temos vindo a fazer, sempre alinhado com a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, assente num trabalho que a CVR já tinha, nomeadamente nas Rotas do Vinho do Dão. Um trabalho que temos vindo a fazer articulado e estratégico e operacionalmente com o Turismo Centro de Portugal, com a Comissão Vitivinícola, mas fundamentalmente, também, com os agentes privados da restauração e do alojamento do nosso território. Em outubro de 2023 fizemos inclusivamente uma ação, o Dão Portas Abertas, com as nossas quintas de enoturismo da região. Também ligado à questão da gastronomia, aquilo que é a nossa identidade alimentar, fizemos um trabalho ligado ao Mapa dos Segredos Gastronómicos da nossa região, fizemos um trabalho individualizado com cada um dos GAL da região.-----

--- E o turismo de natureza, o ano de 2023 marca também, de facto, a concretização de uma obra que é há muito esperada, que é a Ecopista do Vouga, que liga em Viseu à Ecopista do Dão, são mais de cento e quinze quilómetros que temos de walking e de cycling. É hoje já mais uma grande porta de entrada do nosso território que se junta à Ecopista do Dão. Também as nossas Subidas Épicas, em que conseguimos olhar para um recurso endógeno na nossa região, que era as estradas de montanha e a partir das estradas de montanha conseguir transformar num produto turístico da nossa região. Estamos a trabalhar também com as aldeias da Serra do Caramulo, um projeto que junta Oliveira de Frades, Tondela e Vouzela.-----

--- E também, obviamente, a Rede Cultural Viseu Dão Lafões, um trabalho que o fazemos com os agentes culturais do território. Dentro do turismo cultural estamos a trabalhar a dimensão do megalitismo, a Rota do Megalitismo, e dar aqui uma nota, que já é do conhecimento, certamente, dos Senhores Deputados, que é um processo que a CIM encetou, juntamente com seus catorze municípios, de classificação do património megalítico, como Património da Unesco. Estamos a trabalhar inclusivamente com a Universidade do Algarve, com o Professor António Faustino, e temos de facto ambição, e achamos que temos esse ativo no nosso território, para classificar e para ter mais uma âncora de desenvolvimento e de atração do nosso território.----

--- Pegámos também naquilo que é o saber fazer, as nossas tradições, a nossa autenticidade, hoje o turista procura muito a experiência, e dentro dessa perspetiva iniciámos um trabalho ligado ao artesanato, o design feito à mão, e a criação do lançamento de um novo roteiro, o Roteiro Saber Fazer em Viseu Dão Lafões, ligado às nossas autenticidades, à nossa tradição e através daí fazemos um percurso e uma rota turística. Temos vindo a estar sempre em

## Assembleia Intermunicipal

conjunto, num momento que achamos que é forte da nossa região, que é uma presença, dos catorze municípios, naquilo que é a Bolsa de Turismo de Lisboa e, também tivemos agora recentemente, em janeiro, na FITUR, na Feira de Madrid. Temos vindo a fazer um trabalho com a valorização dos nossos recursos territoriais, nomeadamente da valorização da Pinha e do Pinhão, num trabalho que temos vindo a fazê-lo com a Escola Superior Agrária de Viseu. -----

--- Relativamente aquilo que foi falado há pouco, os projetos europeus, a CIM neste momento participa em mais de sete ou oito projetos europeus, lidera três desses projetos europeus, em áreas tão importantes como a proteção civil e a resiliência da nossa floresta, a área da economia circular, a área da mobilidade e dos transportes, a área que é a ligação entre o urbano e o rural, portanto, são muitos projetos, com vários parceiros, com parceiros diferentes, uns que a CIM lidera, com vários recursos e vários montantes financeiros, em que tentamos sempre envolver, obviamente, as entidades da nossa região, como é o Instituto Politécnico de Viseu. -----

--- A área da proteção civil, que é uma área que nos é muito cara, nós temos vindo a desenvolver vários projetos nesta área, na área da floresta, da proteção civil, e dizer aqui, uma área também importante, um projeto Life Landscape Fire, nós apresentámos os resultados deste projeto, que vai terminar agora em junho, em Mangualde, fez agora duas semanas, vamos estar também a apresentar na REPER, no próximo dia 22, em Bruxelas, os resultados deste projeto, que este é um projeto, de facto, bandeira também da Comissão Europeia que levou o Comissário Europeu e vir e a aterrar no Porto e a vir fazer uma visita a uma das ações de fogo controlado que estavam a ser feitos ali na zona de São Pedro do Sul. Isto é um projeto muito ligado a projetos piloto de Fogo Controlado e Silvo-Pastorícia e que permitiu capacitar na nossa região mais de vinte e cinco técnicos de fogo controlado e setenta e cinco operacionais de queima. Só conseguimos fazer fogo controlado se tivermos técnicos, antes deste projeto tínhamos dois, hoje temos vinte e cinco técnicos credenciados de fogo controlado, desde os municípios, aos bombeiros e também à GNR. É a capacitação, não só de técnicos dos municípios, mas de outras entidades. -----

--- Temos outros projetos que temos vindo a desenvolver ligados às escolas e à adaptação às alterações climáticas. -----

--- O projeto Life Nieblas, um projeto com pouca expressão financeira, mas com uma projeção mediática fantástica, nós já tivemos visitas de órgãos de comunicação social, televisão e escrita, alemães, de França, de Inglaterra, também obviamente de Portugal, vamos ter já no próximo fim de semana mais uma televisão, penso que francesa ou holandesa, que vem ao nosso território. Só para terem uma ideia do que é este projeto, fizemos plantação em zonas que foram ardidas pelos incêndios de 2017, em zonas de Rede Natura, em Carregal do Sal e em Vouzela,

## Assembleia Intermunicipal

em que a rega destas plantações é feita através de coletores de nevoeiro que capta a neblina e que por gravidade faz a rega e a taxa de sobrevivência destas plantações que fizemos, ascende a mais de noventa e cinco por cento. Portanto, um projeto também piloto que fizemos com os nossos vizinhos das Canárias, de Espanha.-----

--- Um projeto também, de uma questão que nos preocupa muito e que temos tentado, não obstante os municípios também já tinham feito um trabalho nesta área, fizemo-lo juntamente com a nossa congénere da CIM da Região de Coimbra, que é a questão do combate à vespa velutina, que é um problema muito grande, não só de proteção civil, mas também de biodiversidade.-----

--- Outros projetos, o Angel ligado ao risco de geadas da primavera na agricultura, um projeto recentemente aprovado. Projetos ligados à recolha-bio, ligado ao Fundo Ambiental, que hoje a CIM também coordena a nível intermunicipal estas iniciativas.-----

--- Uma questão também ligada às cantinas verdes, temos vindo a apostar muito na questão da alimentação saudável dos nossos jovens, estamos com projetos ligados à questão do mercado institucional de alimentos em Viseu Dão Lafões e a questão também muito relacionada com os circuitos curtos de comercialização. A CIM fez um acordo-quadro, recentemente, ligado à fruta escolar em que hoje os municípios, através de este acordo-quadro, podem comprar a fruta escolar diretamente às cooperativas e aos produtores da nossa região, e, para dar uma ideia, estamos neste projeto em que introduzimos um alimento da nossa região e a partir daí fazemos ações de dinamização nas nossas escolas, com os nossos alunos.-----

--- Um projeto catalisador regional de inovação, um projeto com a CCDR e com as oito Comunidades Intermunicipais, que tem o objetivo de fazer a ligação entre o sistema de incentivo tecnológico e também das nossas empresas, o projeto de empreendedorismo, que temos com a AIRV e também com o IPV. -----

--- E depois, teve hoje aqui, em Castro Daire, a consignação da obra de mais uma empreitada, relativamente à rede de espaços de coworking da nossa região. -----

--- Os projetos ligados ao sucesso educativo, são muitos os projetos que hoje temos nas nossas escolas, quer ligado à questão da robótica, das ciências experimentais, literacia financeira, literacia ambiental, e também, projetos muito relacionados com aquilo que é a identidade territorial, o sentimento de pertença da nossa região e que leva os alunos num projeto Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões, a percorrerem a nossa região e os alunos visitarem um conjunto de recursos que temos no nosso território. -----

## Assembleia Intermunicipal

--- Rede de Cursos Profissionais, um projeto do PRR, Living The Future Academy, que temos com a Universidade de Coimbra e projetos também ligados à igualdade de género.-----

--- Na área dos transportes, já foi falado aqui do projeto Ir e Vir, eu acho que o projeto Ir e Vir hoje assume-se claramente como um verdadeiro projeto de coesão social e territorial da nossa região, com três níveis de serviço, dentro da sede do concelho, do lugar da aldeia para a sede de concelho, entre sedes de concelho e também com ligação ao comboio. Para terem uma ideia, quando reduzimos a oferta de transportes por via do período escolar, nós, entre quinze de junho e quinze de setembro último, de dois mil e vinte e três, observámos que transportámos mais de cento e cinquenta pessoas por dia, a mobilizar mais de quarenta táxis, e, portanto, o que isto representa hoje no território é, de facto, um serviço que tem vindo a subir exponencialmente no nosso território.-----

--- E, também, obviamente aqui o Serviço Público de Transporte de Passageiros. Dar nota que a CIM adjudicou já, ao novo operador de transportes, no concurso público internacional, e estamos certos de que quando vier para a operação este novo serviço público de transporte de passageiros, vamos ter mais e melhor serviço público de transporte de passageiros do que temos atualmente.-----

--- Também na área da mobilidade suave estamos com um processo, que tem sido um processo difícil, financiado ainda no PT2020, que é uma rede de ciclovias, trinta e oito quilómetros de ciclovias no nosso território, e também uma rede de bicicletas partilhadas, de bike sharing, que esperamos que até ao início do verão estejam à disposição dos catorze municípios.-----

--- Mais um projeto europeu, o Econnecting, um projeto Urbact, que faz a ligação entre o urbano e o rural, com vários parceiros europeus.-----

--- O principal core de atividade da CIM, aliás a origem da sua criação, tem a ver com o modelo de governação enquanto organismo intermédio, o trabalho da Assistência Técnica, naquilo que é todo o trabalho de gestão, de análise de candidaturas, de verificação do local, no fundo do pacto que vem desde o QREN e do PT2020 e agora do PT2030, e aqui a taxa de execução que também conseguimos no final do ano, de facto, recuperar muita taxa de execução. Estas taxas de execução ainda estão a ser atualizadas, há muita despesa ainda dos municípios que ainda não foi validada, que continua por validar nos relatórios finais e também não esquecer que ainda estamos num processo que se chama overbooking e onde a CIM também tem aspirações e irá ter certamente muito dos seus municípios ainda conseguirem captar mais recursos financeiros nesta fase final agora de gestão do overbooking.-----

## Assembleia Intermunicipal

--- Chegando à fase final das contas, o nosso balanço totaliza cerca de quinze milhões de euros, apresentamos um resultado líquido positivo de duzentos e vinte seis mil euros. Dar nota que relativamente à receita cobrada, ela atingiu uma taxa de execução que ronda os noventa e quatro por cento, em termos da despesa executada rondou os oitenta por cento quer de despesa corrente, quer também da despesa de capital e o saldo final da gerência, que iremos depois pedir uma revisão orçamental, para incluir, totaliza os dois virgula três milhões de euros.

--- Senhora Presidente, Senhores Deputados tentei fazer uma breve passagem de todos os projetos desenvolvidos pela CIM".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Telmo Antunes**, cuja intervenção se transcreve: "São duzentas e vinte nove páginas deste documento, um documento bastante extenso, e as minhas primeiras palavras são para felicitar os serviços da Comunidade Intermunicipal pela qualidade e pela clareza do documento que acabou de apresentar. Destas duzentas e vinte e nove páginas realço que alguns projetos que a Comunidade Intermunicipal acabou por se candidatar a nível europeu, ou seja, não está à espera apenas de contratualização com a CCDR. Estes projetos são muito significativos e tem uma grande relevância para toda a região, para o desenvolvimento da região, nomeadamente o Interreg, o Life, o Urbact e outras áreas como floresta, economia circular, mobilidade, entre outras. Significa isto, conforme disse que a Comunidade Intermunicipal não fica numa atitude passiva e vai procurando novas fontes de financiamento que alavanquem o desenvolvimento regional, por outro lado, também realço aqui, e também já foi referido pelo Senhor Secretário Executivo, as parcerias que a Comunidade Intermunicipal tem conseguido fazer ao longo dos anos, sobretudo com o número de empresas de prestígio, outras entidades e também Instituto Politécnico de Viseu, foram aqui realçados alguns desses projetos. -----

--- Também destaco alguns projetos na área da inteligência artificial e da Smart Region, que é um campo também bastante inovador e que a Comunidade Intermunicipal está atenta a estas realidades. Realço ainda um projeto que tem sido falado aqui várias vezes, que é o projeto Ir e Vir, que está numa fase de bastante consolidação e de grande utilização por parte, principalmente das pessoas mais longe dos centros urbanos. E realço, também já foi aqui falado por colegas do Partido Socialista, o encerramento da Ecopista do Vouga, numa estratégia de consolidação daqueles ativos turísticos, nomeadamente ativo turístico natureza e turismo ativo, propriamente dito.-----

--- Destaco finalmente, também já aqui foi referido longamente, esta contratualização de cento e dezoito milhões de euros do PT2030, que vai permitir a continuação deste trabalho. -----

## Assembleia Intermunicipal

---Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Intermunicipal vota favoravelmente este documento com um grande louvor para a qualidade do mesmo”.

---Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 39 deputados presentes.

----- **Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “No documento em apreço apresentamos as alterações com as necessidades da instituição, mas elas têm muito a ver com a ênfase e a atenção que temos dado à proteção civil. É mais neste domínio que apresentamos esta alteração ao Mapa de Pessoal”.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Gonçalo Ginestal**, cuja intervenção se transcreve: “Analisámos o Mapa de Pessoal para o ano de 2024 e gostaria de deixar aqui algumas questões que acho que serão relevantes para todos os colegas que estão nesta Assembleia.

--- Em primeiro lugar referir, pelo menos no mapa que nos foi enviado, que todos os chefes de equipa multidisciplinar, de todas as unidades orgânicas, a área de formação académica ou profissional destes, são economia e gestão. Pergunto porquê? Não haverá outras áreas interessantes para desempenhar estas funções, terão de ser todos de economia ou de gestão?

--- Do mapa também verificamos que estão cinquenta e seis postos de trabalho por preencher, na sua maioria técnicos superiores. Pergunto se serão concursos puros ou abertos ou se recorrerão à mobilidade, já tem havido, segundo sei, alguns concursos que ficaram desertos. Gostaria também que esclarecessem a Assembleia relativamente a esta situação.

--- Depois da análise em concreto dos mapas da função ao perfil de competências, verificamos, por exemplo, que um técnico superior receberá como retribuição mínima o equivalente a mil, trezentos e oitenta e cinco euros e estará no nível dezasseis. Refere também que auferirá, pela posição detida por direito pelo trabalhador, portanto, questiono se um trabalhador vier para a CIM Viseu Dão Lafões por mobilidade, por exemplo, com um salário de dois mil ou três mil euros, se está acautelada a dotação financeira e orçamental para assegurar esse salário.

--- Depois, por último, gostaria de questionar quem definiu as competências para o exercício das funções, porque peguei aqui, apenas e só, num exemplo na Unidade de Cooperação Territorial para um técnico superior e verifiquei para um técnico superior nesta área, por

## Assembleia Intermunicipal

exemplo a competência da comunicação não é importante, quando das principais tarefas e atribuições, no conteúdo funcional geral, refere que coordena o gabinete de comunicação e o Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões. -----

--- Deixo apenas, e só, estas questões que julgo que serão pertinentes ver esclarecidas”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “Naturalmente que nós, não temos nada, contra os indivíduos licenciados na área de economia e gestão, mas não é por aí, que não tenha nenhuma ligação a ver com a formação do Presidente, não interferimos, deixamos isso ao cuidado de quem define e que são as necessidades que vão surgindo. -----

--- Agora somos nós que definimos as competências e naturalmente que não há ninguém, na minha perspetiva, que esteja totalmente preparado para uma competência ou que tenha as competências todas para determinado cargo, mas naturalmente isso é um problema do executivo só e nós achamos enquanto gestores e presidentes, ainda por cima com esta perspetiva de sermos políticos, não interferimos, eu não interiro nessas áreas. Recebo com naturalidade as solicitações que forem trazidas por quem tem obrigatoriedade de executar o conteúdo funcional desta instituição”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Só dar também alguns contributos e tentativa de esclarecimentos. Dar nota que o Mapa de Pessoal, de facto, tem muitas áreas de economia e gestão, mas tem também de engenharia civil, engenharia florestal, ciências sociais e humanidades, ciências do ambiente, informática, planeamento, arquivo e documentação. Tem de facto um enfoque grande na economia e na gestão, mas também tem estas áreas todas que está também no perfil de competências. Dar nota, também, que grande parte dos postos de trabalho que temos aqui a prover, se calhar mais de um terço tem a ver exatamente com as nossas brigadas de sapadores florestais. Nós temos duas brigadas, de facto, nas brigadas temos muita rotação nas nossas brigadas e nas nossas equipas. Certamente, e obviamente porque ser um trabalho muito difícil, um trabalho feito muitas vezes em condições muito adversas do ponto de vista climatérico e temos de o dizer, também, mal remunerado e, portanto, leva-nos de facto a uma questão, muitas vezes quando temos o homem, ou a mulher, porque temos também mulheres sapadores, quando estão de facto a ter a sua capacitação, a sua formação, é quando muitas vezes também decidem ir embora. Portanto, grande parte destes postos de trabalho a prover é exatamente nesta área da proteção civil e nos assistentes operacionais, ligados à questão das nossas brigadas de sapadores florestais. -----

## Assembleia Intermunicipal

- Dar nota que os concursos que nós abrimos, tentamos sempre abrir por mobilidade, temos tido muita dificuldade, aliás recentemente tivemos concursos desertos, quer na área da educação, quer na área dos recursos humanos, quer inclusivamente na área da informática. A primeira coisa que tentamos é ir à área da mobilidade e não temos tido sorte, aliás, eu acho que aqui há de facto uma questão que a Administração Pública Central e Local acho que cada vez mais tem muitas dificuldades, quer em captar talento e por outro lado em reter talento. É uma dificuldade que temos, e que certamente todos os municípios vivem.-----
- Relativamente à questão do Senhor Deputado, sim, quando houver um processo de mobilidade, obviamente também é de lei, temos devidamente cabimentado essa margem para se a pessoa no lugar de origem estiver a receber mais. -----
- Relativamente ao perfil de competências, é obviamente uma questão que podemos rever, a questão que referiu é, nós temos referidas as competências mais importantes, não quer dizer que a comunicação não seja importante, aliás ela está cá presente, mas o que referimos é as mais importantes”.-----
- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 39 deputados presentes.-----
- **Quanto ao quarto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da 1.ª revisão orçamental, do exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----
- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “Fazer uma consideração de ordem geral. Só para dizer que não temos nenhum problema, aliás eu discordo até de quem tem a ideia de que não se devem fazer revisões ou que se fizer um orçamento retificativo, que é uma asneira, não é, os orçamentos são documentos previsionais que devem ser, por uma questão de inteligência, ajustados de acordo com, digamos, aquilo que vier a ser necessário e portanto achar que o que se previu quando se faz o orçamento e que depois ele não precisa de ser ajustado, na minha perspetiva é um erro.-
- Isto só para dizer que vem nessa sequência, que precisamos de uma primeira revisão orçamental, do exercício de 2024, como a legislação permite, é isso que solicitamos a esta Assembleia”.-----
- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 39 deputados presentes.-----

### Assembleia Intermunicipal

--- Quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos: Listagem dos compromissos plurianuais assumidos, entre o dia 18 de novembro de 2023 e o dia 12 de abril de 2024, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 11 de dezembro de 2023, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

--- Intervenção do Público -----

--- Não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

--- A Senhora Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pela Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. -----

*Cilene Gomes Lindinho*  
*Luis Hequel Figueireda Duarte*